

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE HISTÓRIA EM ÁREAS INTERIORANAS DE SERGIPE

**Paulo Heimar Souto\***  
**Orientador: Prof. Dr. João Maria Valença de Andrade\*\***

No atual contexto global, as políticas públicas educacionais, gerenciadas pelo Estado, têm tido papel preponderante em busca de inovações educacionais. Em nosso país, de acordo com Marques<sup>1</sup> (1992, p.19), as políticas educacionais foram sempre marcadas por *“padrões verticalistas e centralistas a partir do núcleo do Estado, mais acentuadamente do poder executivo, com a dispensa até mesmo do legislativo”*.

Há muito tempo Teixeira<sup>2</sup> (1976, p.38) já dizia que as tentativas de reformas educacionais no Brasil não lograram êxito em virtude de que a *“escola foi e será, talvez a instituição de mais difícil transplantação”* isso em decorrência do caráter legalista e muitas vezes descontextualizado das mesmas. Salaria ainda que,

O defeito original, mais profundo e permanente, de nosso esforço empírico de transplantação de padrões europeus para o Brasil, esteve sempre na tendência de suprir as deficiências da realidade por uma declaração legal de equivalência ou validade dos seus resultados. Com os olhos voltados para um sistema de valores europeus, quando os não podíamos atingir, buscávamos, numa compensação natural, conseguir o reconhecimento, por ato oficial, da situação existente como idêntica à ambicionada. Aplicávamos o princípio até a questões de raça,...

A independência não nos curou, porém, do velho vício. Continuamos a ser, com autonomia, uma nação de dupla personalidade, a oficial e a real. A lei e o governo não eram para nós instituições resultantes de condições concretas, limitadas e contingentes, mas algo como um poder mágico, capaz de transformar as coisas por *fiats* milagrosos. (op. cit., p.38)

Nos anos 80, o Banco Mundial e o FMI, com a emergência da crise do endividamento, ampliaram a implantação de programas de estabilização e ajuste na economia de diversos

---

\* Licenciado em História e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, [heimar@ufs.br](mailto:heimar@ufs.br), professor da Universidade Federal de Sergipe, Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte na base de pesquisa Práticas Pedagógicas e Currículo, CAPES.

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN.

países. No Brasil, estas ações interviam fortemente na formulação da política externa e na própria legislação brasileira.

Tendo como principal *slogan* a redução da pobreza e a melhora da equidade sem sacrificar o crescimento (BORON<sup>3</sup>, 2003), o Banco Mundial considera o investimento em educação uma das formas mais eficientes para aumentar os recursos dos pobres. Além de reduzir a pobreza, a formação de capital humano nesses países é um outro alvo a ser atingido:

“No setor social, o Banco Mundial vem dando ênfase especial à educação, vista não apenas como instrumento de redução da pobreza, mas principalmente como fator essencial para a formação de” capital humano “adequado aos requisitos do novo padrão de acumulação.” (SOARES<sup>4</sup>, 2003, p. 30)

Com o objetivo de enquadramento da realidade educativa no modelo econômico globalizado, o Banco vem estabelecendo uma forte correlação entre sistema de mercado e sistema educativo, entre empresa e escola, entre consumidores de serviços e pais, entre relações de insumo-produto e relações pedagógicas, entre produto e aprendizagem, omitindo aspectos peculiares da realidade educacional.

De acordo com estudos de CORAGGIO<sup>5</sup> (2003), os investimentos do Banco Mundial em setores sociais de países endividados, busca prevenir situações politicamente críticas. Na área educacional, o Banco conhece a necessidade para esses países acerca da necessidade da capacidade docente. Neste sentido, “*O Banco sabe que é preciso capacitar o corpo docente, mas mediante programas paliativos em serviço (se possível, à distância), porque não é eficiente investir mais na sua formação prévia*” (CORAGGIO, 2003, p. 101).

Na mesma direção, o documento elaborado pela CEPAL & UNESCO<sup>6</sup> (1995) corrobora com a necessidade urgente de reformas educacionais para países da América Latina e Caribe. Sob a justificativa de que o setor público continuará provendo a educação básica e média, atesta que,

“A maneira mais rápida e eficaz de melhorar a capacidade profissional dos professores é realizar programas especiais de capacitação docente, de fácil acesso, associados a adequado esquema de incentivos. Um bom exemplo seria um programa de educação à distância combinado com serviços de assessoria profissional, como parte de um plano de estudos que leve à obtenção de certificado profissional”. (CEPAL & UNESCO, 1995, p. 295)

Neste contexto, em 1996, mais uma legislação educacional foi implantada no Brasil. Resultante de uma série de reformas econômicas, sociais e políticas, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. Esta lei marca efetivamente um novo momento na educação nacional por estabelecer, dentre outras normas, a obrigatoriedade de professores habilitados em nível superior para o exercício da profissão.

Assim, em Sergipe, sobretudo em função dos baixos índices de docentes com a formação em nível superior e das reivindicações de vários segmentos da sociedade, foi aprovada no dia 19 de fevereiro de 1997, através da Resolução nº 02/97 CONSU, por decisão unânime do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe, *“a criação dos cursos de Licenciatura Plena em Português e em Ciências, com habilitação em Química, Biologia e Matemática a serem ministrados em Convênio com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto e Lazer do Estado de Sergipe e Fundação de Apoio à Pesquisa de Sergipe”* com a parceria da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e do Lazer - SEED, da Universidade Federal de Sergipe e da Fundação de Apoio à Pesquisa de Sergipe - FAPESSE, o PQD - Programa de Qualificação Docente.

A criação do PQD é o resultado da junção de esforços da UFS, do Sindicato dos Professores de Sergipe e da Secretaria de Estado da Educação do Desporto e do Lazer (SEED), em busca de alternativas para minimizar os problemas existentes acerca da formação de professores no Estado. Em 1996, a Secretaria de Estado da Educação de Sergipe realizou um diagnóstico da realidade educacional do interior do Estado, sendo constatado alguns dados alarmantes:

(...) 90% dos professores, em regência de classe, no ensino do 1º grau maior e 2º grau, não possuem formação pedagógica para a função. Essa situação se

agrava de forma contundente, em relação à área de Ciências Exatas (Química, Física e Matemática), quando apenas 1% dos docentes é habilitado. (UFS/PROGRAD<sup>7</sup>, 1996, p. 06)

A implantação do Programa de Qualificação Docente da UFS teve como maior propósito “a melhoria do nível do Ensino Público de Sergipe” (op cit. p. 06). Assim, o processo de seleção para ingresso nas Licenciaturas deu-se através de Concurso Vestibular Especial, com vistas a preencher 500 (quinhentas) vagas, distribuídas entre quatro habilitações, com entrada única.

De acordo com o Projeto de Qualificação Docente foram estabelecidos os seguintes objetivos:

1– Qualificar docentes em Licenciatura Plena em Letras/Português e em Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Biologia, Matemática e Química dando-lhe uma dimensão de interdisciplinaridade, visando uma formação científica;

2– Contribuir para a melhoria da qualidade de ensino de 1º e 2º graus no Estado de Sergipe.

3– Permitir a UFS realizar ações de extensão, somando-se ao Estado e à comunidade na busca de soluções para a questão da educação pública. (Op. cit, p. 07)

A criação do Programa de Qualificação Docente se insere como um dos resultados da atual política neoliberal brasileira, que preconiza, dentre outras questões educacionais, o crescimento das práticas de formação de professores no país.

Além de buscar contemplar o que é estabelecido no Inciso IV, do Art. 87 da nova LDB, quanto às diretrizes de habilitação em nível superior, que estabelece que “*Até o fim da década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviços*” (...), o Programa de Qualificação Docente tem como enfoque metodológico a proposta de que “*A relação teoria x prática será constante durante o processo, culminando com a prática docente de 1º e 2º graus das diversas disciplinas, objeto de formação dos cursos*”.(op. cit. p.08). Considerando esse enfoque, e em função das peculiaridades da clientela e dos recursos humanos e materiais, os cursos foram sediados nas cidades de Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá. A opção por estas cidades

deveu-se à infra-estrutura, à facilidade de acesso e por essas cidades se constituírem Pólos de Desenvolvimento Regionais.

Em função de nova solicitação da Secretaria de Estado da Educação quanto a ampliação dos Cursos de Licenciatura ministrados no interior do Estado de Sergipe, a Pró-Reitoria de Graduação da UFS – PROGRAD, através da Coordenação Geral do PQD, juntamente com os Departamentos Acadêmicos da UFS, responsáveis pelos cursos indicados para o PQD2,

elaborou a Proposta Pedagógica e Financeira do PQD 2, tendo posteriormente passado pelas diversas instâncias necessárias à sua aprovação e implantação. A elaboração das Propostas Pedagógicas dos cursos foi assessorada pelo DEAPE – Departamento de Apoio Pedagógico da PROGRAD. (UFS/PQD<sup>8</sup>, 2003, p.02)

Para a proposta pedagógica do segundo Projeto de Qualificação foram mantidas as mesmas concepções pedagógicas e sistemáticas de funcionamento do primeiro Programa, entretanto, os cursos foram diversificados e tiveram aprofundado o principal objetivo de “melhoria do nível do Ensino Público de Sergipe”, com a oferta de 1060 (mil sessenta vagas), oferecidas aos professores das Redes Públicas de Ensino Estadual e Municipal do Estado de Sergipe.

Assim, através do Convênio nº 1349/98/SEED/UFS/FAPESE, assinado em 30 de junho de 1998, cuja meta principal “*foi a qualificação de 1060 docentes das Redes Públicas de Ensino Estadual e Municipal, que lecionam e residem nos municípios sergipanos, excetuando-se os municípios de Aracaju e da Grande Aracaju*”.(op cit: 03), foi iniciado o processo de implantação do PQD2 – 2ª Etapa do Projeto de Qualificação Docente.

O ingresso para o Programa, a exemplo do anterior, deu-se através do Concurso Vestibular Especial, também organizado pela CCV/UFS – Coordenação de Concurso e

Vestibular da UFS, sendo oferecidas vagas para os cursos de Licenciatura em Educação Física, Geografia, História, Letras-Português, Letras-Português/Inglês e Pedagogia.

Nos 05 (cinco) Pólos Regionais que compõem o Programa de Qualificação Docente foram totalizadas 142 (cento quarenta e duas) habilitações no Curso de Licenciatura em História. O Pólo Regional de Própria graduou 28 (vinte e oito) dos 30 (trinta) que iniciaram o Projeto, o que corresponde a um aproveitamento de 93,33 da matrícula inicial.

Considerando este contexto e, partindo do pressuposto de que as concepções das práticas pedagógicas têm sido redefinidas nos últimos anos através das políticas de formação dos professores (FONSECA<sup>9</sup>, 2003), a presente pesquisa objetiva estabelecer um confronto entre as práticas pedagógicas exercidas antes pelos professores de História e após a graduação através do Programa de Qualificação Docente da Universidade Federal de Sergipe. Além da pesquisa documental e das entrevistas realizadas com egressos do Programa, estamos desenvolvendo estudos do tipo etnográfico (ANDRÉ<sup>10</sup>, 2000) como método.

De acordo com alguns docentes entrevistados, podemos afirmar preliminarmente que, embora a melhoria salarial seja insignificante, a formação superior tem proporcionado mudanças metodológicas e avaliativas substanciais, além do aumento considerável da auto-estima enquanto cidadão e profissional do ensino.

Assim, partindo do pressuposto de que *“os pesquisadores se interessam muito mais pelo que os professores deveriam ser, fazer e saber do que pelo que eles são, fazem e sabem realmente”* (TARDIF<sup>11</sup>, 2002, p.90), e o de que temos encontrado poucos estudos de programas educacionais implementados recentemente no Brasil, acreditamos que ao aprofundar a análise dos desdobramentos do PQD na sociedade sergipana, poderemos trazer contribuições significativas para a compreensão das implicações das políticas públicas nas práticas pedagógicas de História no interior de Sergipe, ampliando os horizontes das investigações acerca dessas ações em nosso contexto educacional.

Notas:

---

- <sup>1</sup> MARQUES, Mario Osório. A formação do profissional da educação. Ijuí-RS. Ed. UNIJUÍ, 1992 222p.
- <sup>2</sup> TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. Brasília, 2ª edição. Companhia Editora Nacional/MEC. 1976. 385p.
- <sup>3</sup> BORON, Atílio A. El Estado y las “reformas del Estado orientadas al mercado”. Los desempeños” de la democracia en América Latina. In: Krawczyk, Nora Rut; Wanderley, Luiz Eduardo W. América Latina: Estado e reforma numa perspectiva comparada – São Paulo: Cortez, 2003. p.19-67
- <sup>4</sup> SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.s) – 4ª edição, São Paulo; Cortez, 2003. p. 15-39
- <sup>5</sup> CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.s) – 4ª edição, São Paulo; Cortez, 2003. p. 75-123
- <sup>6</sup> CEPAL. UNESCO. – Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. – Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995. 471 p.
- <sup>7</sup> UFS/PROGRAD. Projeto de Qualificação Docente, São Cristóvão-SE, 1996. 159 p.
- <sup>8</sup> UFS/PQD. Relatório Final – Outubro de 1998 a Abril de 2003. PQD II – 2ª Etapa do Projeto de Qualificação Docente/ Cursos de Licenciatura, São Cristóvão-SE, 2003. p.115
- <sup>9</sup> FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas, SP. Papirus, 2003. 255p.
- <sup>10</sup> ANDRÉ, Marli Eliza D. A. A etnografia e o estudo da prática docente cotidiana. In: FERREIRA, Adir Luiz (Org.) O Cotidiano Escolar e as Práticas Docentes, Natal, EDUFRN, 2000. p. 73-107
- <sup>11</sup> TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 325p.